INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

NAILTON NEGREIROS RIBEIRO

DESIGUALDADES DE GÊNERO NA PERMANÊNCIA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: MEDIAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL

SABARÁ
2026

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

DESIGUALDADES DE GÊNERO NA PERMANÊNCIA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: MEDIAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso. Relatório de Formação apresentado ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Me. Agnaldo Pedro Santos Filho.

SABARÁ
2026

INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Minas Gerais
Campus Sabará

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

NAILTON NEGREIROS RIBEIRO

No dia 23 do mês novembro do ano de 2026, às 19h horas, o Professor Orientador Prof. Me. Agnaldo Pedro Santos Filho (UAB/IFMG) e os demais membros da banca examinadora compareceram para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Desigualdades de gênero na permanência e evasão na Educação Profissional e Tecnológica: Mediações da gestão educacional**, requisito obrigatório para a obtenção do título de **Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica**. Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado: (X) Aprovado ( ) Reprovado.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Professor Orientador. Nada mais havendo a tratar, o Professor Orientador a reunião e lavrou a presenta ATA, que será assinada pelo orientador e pelo discente.

Observações:_____

_____

_____

gov.br Documento assinado digitalmente
AGNALDO PEDRO SANTOS FILHO
Data: 26/11/2026 19:52:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
ASSINATURA DO(A) PROFESSOR(A)
Professor Orientador

gov.br Documento assinado digitalmente
NAILTON NEGREIROS RIBEIRO
Data: 26/11/2026 17:38:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
ASSINATURA DO(A) ALUNO(A)
Aluno(a)

DESIGUALDADES DE GÊNERO NA PERMANÊNCIA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: MEDIAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL

Resumo: A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constitui importante espaço de democratização do acesso à educação e formação humana integral. Contudo, o acesso não garante a permanência e o êxito dos estudantes, diante das desigualdades que atravessam suas trajetórias. Esta pesquisa investiga como as desigualdades de gênero influenciam a permanência e a evasão na EPT e o papel da gestão educacional no enfrentamento dessa problemática, justificando-se pela necessidade de fortalecer condições institucionais de equidade. Objetiva-se analisar essa relação, discutindo as implicações do gênero nas trajetórias educacionais, o papel da gestão e estratégias institucionais de permanência. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, exploratória e bibliográfica, fundamentada em estudos sobre EPT, permanência, evasão, gestão e gênero. Os resultados evidenciam que a permanência é multifatorial e que as desigualdades de gênero constituem elemento relevante nas trajetórias educacionais. Destaca-se, ainda, o papel estratégico da gestão na implementação de ações de acompanhamento, assistência estudantil e promoção da equidade. Como contribuição, apresenta-se um plano de ação para o fortalecimento das políticas institucionais de permanência. Conclui-se que o enfrentamento da evasão requer ações integradas entre gestão, práticas pedagógicas e políticas públicas, visando à efetivação do direito à educação e à construção de ambientes mais inclusivos e equitativos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; permanência estudantil; desigualdades de gênero; evasão escolar; gestão educacional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6
2. PERMANÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALÉM DO ESFORÇO INDIVIDUAL 8
3. PLANO DE AÇÃO 13
3.1 OBJETIVO GERAL 13
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 13
3.3 PLANO DE EXECUÇÃO 14
3.4 RECURSOS NECESSÁRIOS 14
3.5 RESULTADOS ESPERADOS 15
4. CONCLUSÃO 15
REFERÊNCIAS 18

1. INTRODUÇÃO

Minha trajetória acadêmica e profissional foi construída inicialmente no campo da Arqueologia, área em que desenvolvi minha formação e atuação voltadas à compreensão das relações sociais, da cultura material e das desigualdades historicamente constituídas. Ao longo desse percurso, participei de pesquisas científicas, projetos de arqueologia preventiva e ações de educação patrimonial, experiências que evidenciaram o potencial transformador da educação na valorização dos sujeitos, na construção do conhecimento e no fortalecimento da cidadania.

Embora minha formação tenha ocorrido em outra área do conhecimento, as atividades desenvolvidas em contextos educativos despertaram meu interesse pelas discussões relacionadas às políticas públicas de educação, aos processos de ensino e aprendizagem e aos desafios enfrentados pelas instituições de ensino na garantia do direito à educação. Esse interesse motivou meu ingresso na Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que possibilitou aprofundar essas inquietações a partir das discussões sobre políticas públicas educacionais, democratização do acesso, permanência estudantil, gestão educacional, diversidade e equidade. A aproximação entre minha trajetória acadêmica e profissional e as aprendizagens construídas durante a especialização ampliaram o meu interesse pelas relações entre educação, sociedade e desigualdades, e contribuíram para a delimitação do objeto desta investigação.

As relações de gênero constituem uma dimensão social que pode interferir nas experiências educacionais, sobretudo quando articulada às responsabilidades familiares, à divisão sexual do trabalho, às atividades de cuidado, às desigualdades de acesso às oportunidades e às diferentes formas de discriminação. Nesse contexto, o gênero é compreendido como uma categoria analítica importante para problematizar as relações sociais e de poder que atravessam as trajetórias dos sujeitos, conforme a perspectiva de Scott (1995). Nessa mesma direção, Louro (2003) contribui para compreender o gênero como uma construção social e histórica, deslocando a explicação das desigualdades das diferenças biológicas entre homens e mulheres para os significados e relações socialmente construídos em torno dessas diferenças. As discussões sobre a divisão sexual do trabalho desenvolvidas por Hirata e Kergoat (2007) e as reflexões de Saffioti (2015) também contribuem para compreender que as desigualdades de gênero não são fenômenos isolados, mas estão relacionadas a processos sociais historicamente constituídos.

A escolha deste tema justifica-se, portanto, pela necessidade de ampliar a compreensão acerca dos fatores que interferem na permanência e na evasão na Educação Profissional e

Tecnológica, considerando que essas experiências não são produzidas de maneira homogênea entre os estudantes. A análise das desigualdades de gênero permite problematizar condições que podem produzir obstáculos diferenciados ao longo das trajetórias educacionais e, consequentemente, contribui para uma compreensão mais ampla do fenômeno da evasão. A relevância da discussão também se relaciona ao papel da gestão educacional na construção de condições institucionais que favoreçam a permanência, por meio de ações de acompanhamento pedagógico, assistência estudantil, acolhimento, inclusão e promoção da equidade. Desse modo, discutir gênero, permanência e evasão significa também refletir sobre a responsabilidade institucional na garantia do direito à educação.

A problemática desta pesquisa parte, assim, da compreensão de que a evasão escolar constitui um fenômeno multifatorial, resultante da articulação de diferentes dimensões da vida dos estudantes e das condições oferecidas pelas instituições de ensino. Diante disso, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as desigualdades de gênero influenciam os processos de permanência e evasão na Educação Profissional e Tecnológica, considerando o papel da gestão educacional na formulação e implementação de estratégias voltadas à promoção da equidade?

A partir desse problema, estabelece-se como objetivo geral analisar de que maneira as desigualdades de gênero influenciam os processos de permanência e evasão na Educação Profissional e Tecnológica, considerando o papel da gestão educacional na formulação e implementação de estratégias voltadas à promoção da equidade.

Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: discutir os fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e sua relação com a permanência estudantil; analisar as desigualdades de gênero como dimensão relacionada às diferentes trajetórias educacionais, considerando suas implicações para os processos de permanência e evasão; compreender o papel da gestão educacional na construção de políticas e práticas institucionais voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e ao fortalecimento da permanência estudantil; e propor ações institucionais que contribuam para a promoção da equidade de gênero e para o fortalecimento das políticas de permanência na Educação Profissional e Tecnológica.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e procedimento técnico fundamentado em pesquisa bibliográfica. Seu caráter aplicado está relacionado à elaboração de uma proposta de intervenção voltada ao fortalecimento das políticas institucionais de permanência e à promoção da equidade de gênero na EPT. O estudo mobiliza produções científicas relacionadas à

Educação Profissional e Tecnológica, à permanência estudantil, à evasão escolar, à gestão educacional e às desigualdades de gênero, articulando essas discussões às reflexões construídas ao longo do percurso formativo nesta Especialização.

O referencial teórico dialoga, entre outros, com as contribuições de Frigotto (2001; 2012), Ciavatta (2005), Ramos (2014), Pacheco (2011), Dore e Lüscher (2011), Paro (2010), Scott (1995), Louro (2003), Hirata e Kergoat (2007) e Saffioti (2015). A pesquisa está organizada em cinco seções. Após esta Introdução, a seção "Permanência estudantil para além do esforço individual" apresenta as discussões teóricas construídas a partir da literatura científica e das aprendizagens desenvolvidas durante a especialização, articulando Educação Profissional e Tecnológica, permanência estudantil, evasão, desigualdades de gênero e gestão educacional. Em seguida, apresenta-se o Plano de Ação, elaborado como proposta de intervenção voltada ao fortalecimento das políticas institucionais de permanência com enfoque nas desigualdades de gênero. O Plano de Execução detalha as ações, os responsáveis, os prazos, os recursos e os indicadores propostos. Por fim, a Conclusão retoma os principais aspectos discutidos, as contribuições e as limitações da pesquisa, além de indicar possibilidades para estudos futuros.

2. PERMANÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALÉM DO ESFORÇO INDIVIDUAL

O desenvolvimento desta pesquisa está estruturado a partir da articulação entre a produção científica sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), as discussões acerca das desigualdades de gênero nos processos educacionais e as aprendizagens construídas ao longo da Especialização em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Considerando que este Trabalho de Conclusão de Curso assume também a natureza de um relatório de formação, este capítulo busca integrar o referencial teórico às reflexões decorrentes do percurso formativo realizado durante o curso, evidenciando como os conhecimentos construídos contribuíram para a delimitação do objeto de pesquisa e para a compreensão do problema investigado.

Ao longo dos módulos da especialização, foram desenvolvidas discussões que ultrapassaram a compreensão da Educação Profissional e Tecnológica como modalidade voltada exclusivamente à preparação para o mundo do trabalho. As disciplinas possibilitaram compreender a EPT como política pública comprometida com a formação humana integral, com a democratização do conhecimento e com a promoção da cidadania, evidenciando que o direito à educação não se restringe ao acesso às instituições de ensino, mas envolve igualmente

a criação de condições que assegurem a permanência e o êxito dos estudantes.

Essas reflexões provocaram uma mudança significativa na maneira como compreendo os processos educativos. Embora minha formação acadêmica esteja vinculada ao campo da Arqueologia, minha atuação profissional em projetos de pesquisa, arqueologia preventiva e educação patrimonial sempre esteve associada a práticas educativas desenvolvidas junto às comunidades, escolas e diferentes grupos sociais. A especialização permitiu ampliar esse olhar, oferecendo instrumentos teóricos e pedagógicos para compreender a educação como um fenômeno complexo, influenciado por fatores históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos que condicionam tanto o acesso quanto a permanência dos estudantes nos diferentes níveis de ensino.

Entre as contribuições mais relevantes do percurso formativo destaca-se a compreensão de que os fenômenos da permanência e da evasão escolar não podem ser interpretados como resultado exclusivo das escolhas individuais dos estudantes. As discussões desenvolvidas ao longo do curso evidenciaram que esses processos são atravessados por múltiplos determinantes, incluindo condições socioeconômicas, organização institucional, políticas públicas, práticas pedagógicas e desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira. Essa perspectiva ampliou minha compreensão sobre o objeto desta pesquisa, permitindo reconhecer que a permanência estudantil deve ser analisada de forma articulada às condições concretas de vida dos sujeitos e às estratégias institucionais destinadas à garantia do direito à educação.

Outro aspecto fundamental incorporado durante a formação refere-se à importância da gestão educacional como elemento estruturante das políticas de permanência. As discussões realizadas durante a especialização demonstraram que a gestão democrática não se limita às atividades administrativas das instituições de ensino, mas envolve processos de planejamento, acompanhamento, avaliação e construção coletiva de estratégias capazes de favorecer ambientes educacionais mais inclusivos. Essa compreensão contribuiu para que a gestão educacional passasse a ocupar posição central na construção desta pesquisa, especialmente por sua capacidade de articular políticas institucionais voltadas à redução das desigualdades educacionais.

Ao mesmo tempo, os debates relacionados à diversidade, inclusão e equidade evidenciaram que as desigualdades presentes na sociedade também se manifestam no interior das instituições educacionais. Questões relacionadas ao gênero, à classe social, à raça, ao território e às diferentes formas de vulnerabilidade social influenciam diretamente as trajetórias escolares, produzindo condições distintas de acesso, permanência e conclusão dos cursos. Entre essas dimensões, a categoria gênero revelou-se particularmente relevante para compreender os

desafios enfrentados por estudantes que conciliam formação acadêmica, trabalho remunerado, responsabilidades familiares e atividades de cuidado.

Foi justamente a aproximação entre essas discussões desenvolvidas ao longo da especialização e minha trajetória acadêmica anterior que possibilitou a construção do objeto desta investigação. As reflexões realizadas durante o curso contribuíram para compreender que as desigualdades de gênero constituem um importante elemento de análise dos processos de permanência e evasão na Educação Profissional e Tecnológica, sobretudo quando consideradas em conjunto com o papel desempenhado pela gestão educacional na formulação de políticas e estratégias institucionais voltadas à promoção da equidade.

No que se refere à Educação Profissional e Tecnológica, os estudos realizados durante a especialização possibilitaram aprofundar minha compreensão sobre essa modalidade enquanto política pública comprometida com a formação humana integral e com a democratização do acesso ao conhecimento. Ao longo das disciplinas, tornou-se evidente que a EPT não pode ser reduzida à preparação de mão de obra para o mundo do trabalho, mas deve ser compreendida como um espaço de formação crítica, científica, técnica e cidadã. Essa perspectiva dialoga com as contribuições de Frigotto (2001; 2012), Ciavatta (2005) e Ramos (2014), que defendem uma educação comprometida com a formação omnilateral dos sujeitos e com a superação da histórica dualidade entre formação geral e formação profissional.

Nesse processo formativo, as discussões sobre a constituição histórica da Educação Profissional e Tecnológica, sua expansão no contexto da Rede Federal e sua função social contribuíram para compreender que a democratização do ensino envolve não apenas a ampliação das oportunidades de ingresso, mas também a criação de condições que assegurem a permanência e o êxito dos estudantes. Conforme destaca Pacheco (2011), a criação dos Institutos Federais representou um importante marco para a interiorização da educação pública e para a ampliação do acesso à formação técnica e tecnológica. Entretanto, esse movimento também revelou novos desafios relacionados à permanência estudantil, exigindo que as instituições desenvolvam políticas capazes de responder às múltiplas demandas apresentadas.

Em relação à permanência e à evasão escolar, os estudos realizados possibilitaram compreender que esses fenômenos não podem ser analisados sob uma perspectiva simplificadora ou centrada exclusivamente no estudante. As discussões realizadas nas disciplinas evidenciaram que esses processos resultam da interação entre fatores econômicos, sociais, culturais, pedagógicos e institucionais, perspectiva amplamente discutida por Dore e Lüscher (2011). As autoras demonstram que a evasão escolar constitui um fenômeno multifatorial, cuja compreensão exige considerar simultaneamente as condições de vida dos

estudantes, a organização das instituições de ensino, as políticas públicas educacionais e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar.

Essa compreensão foi aprofundada durante a especialização ao discutir temas relacionados às políticas públicas, ao currículo, à avaliação da aprendizagem, ao planejamento educacional e à gestão democrática. As diferentes unidades curriculares evidenciaram que o direito à educação não se esgota no acesso às instituições de ensino, mas depende da implementação de políticas permanentes de acompanhamento pedagógico, assistência estudantil, acolhimento e inclusão. Nessa perspectiva, a permanência estudantil passa a ser compreendida como responsabilidade institucional e como expressão do compromisso da escola com a garantia do direito à educação.

Outro aspecto relevante do percurso formativo refere-se às discussões sobre docência e práticas pedagógicas na Educação Profissional e Tecnológica. Os estudos realizados ao longo da especialização reforçaram a compreensão de que o trabalho docente ultrapassa a transmissão de conhecimentos técnicos, envolvendo a mediação do processo de ensino e aprendizagem, o reconhecimento da diversidade presente no espaço escolar e a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e a equidade. Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Paulo Freire (1996), para quem ensinar exige diálogo, respeito aos saberes dos educandos e compromisso ético com sua formação humana, bem como das contribuições de Libâneo (2013), ao destacar que a prática docente deve considerar as diferentes realidades sociais que atravessam o processo educativo.

As discussões desenvolvidas durante o curso também ampliaram minha compreensão acerca do papel da gestão educacional na promoção da permanência estudantil. Conforme argumenta Paro (2010), a gestão democrática deve ser entendida como prática política orientada pela participação, pela construção coletiva das decisões e pela garantia do direito à educação. Essa perspectiva permitiu compreender que o enfrentamento da evasão escolar depende não apenas da atuação docente, mas da articulação entre gestão, equipe pedagógica, assistência estudantil e políticas institucionais capazes de responder às necessidades concretas dos estudantes. Assim, cabe também à gestão reconhecer como as desigualdades de gênero podem afetar as condições de permanência e promover ações de acompanhamento, acolhimento e equidade que considerem essas diferenças.

Ao longo da especialização, outro eixo de reflexão que se mostrou fundamental para a construção desta pesquisa foi o debate sobre diversidade, inclusão, direitos humanos e equidade. Essas discussões evidenciaram que as desigualdades educacionais não se distribuem de forma homogênea entre os estudantes, sendo atravessadas por diferentes marcadores sociais,

como gênero, raça, classe social, território e deficiência. Nesse contexto, a categoria gênero revelou-se indispensável para compreender como as relações sociais historicamente construídas influenciam as trajetórias educacionais e as oportunidades de permanência na Educação Profissional e Tecnológica.

Essa compreensão também exige considerar que as instituições educacionais não constituem espaços neutros diante dessas desigualdades. Louro (2003) destaca que as instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são também "constituintes dos gêneros", de modo que essas práticas e instituições "fabricam" os sujeitos (Louro, 2003, p. 25). Nessa perspectiva, práticas educativas, discursos, normas e formas de organização presentes no cotidiano escolar podem contribuir para a produção e reprodução de diferenças e desigualdades. Essa reflexão amplia a compreensão das desigualdades de gênero na EPT, pois permite considerar não apenas as condições sociais que atravessam as trajetórias dos estudantes, mas também as práticas institucionais que podem interferir em suas experiências educacionais e, consequentemente, em suas condições de permanência.

Essa compreensão encontra respaldo nas contribuições de Scott (1995), ao definir o gênero como categoria analítica fundamental para compreender as relações de poder presentes na sociedade, e nos estudos de Hirata e Kergoat (2007), que demonstram como a divisão sexual do trabalho produz desigualdades persistentes entre homens e mulheres, repercutindo tanto na inserção profissional quanto nas trajetórias educacionais. No contexto brasileiro, Saffioti (2015) evidencia que essas desigualdades são estruturais e historicamente produzidas.

Essas desigualdades também repercutem sobre a disponibilidade de tempo e as possibilidades de conciliação entre estudo, trabalho e responsabilidades familiares. A sobreposição entre trabalho remunerado, atividades domésticas e tarefas de cuidado pode reduzir o tempo destinado aos estudos e comprometer a participação nas atividades educacionais. À luz de Scott (1995) e Hirata e Kergoat (2007), essa distribuição desigual do tempo evidencia que as condições de permanência também são atravessadas pelas relações de gênero, uma vez que a continuidade dos estudos depende das possibilidades concretas de conciliar a formação com as demais responsabilidades da vida cotidiana.

Assim, as aprendizagens construídas ao longo dos três módulos da Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica foram determinantes para ampliar minha compreensão acerca da complexidade dos processos educativos e da necessidade de analisá-los a partir de diferentes dimensões. O diálogo entre os conteúdos estudados durante o curso e a literatura científica permitiu consolidar o objeto desta investigação, orientando a análise das relações entre desigualdades de gênero, permanência e evasão na Educação Profissional e

Tecnológica e reconhecendo a gestão educacional como elemento estratégico para a construção de políticas institucionais comprometidas com a equidade e com a efetivação do direito à educação.

3. PLANO DE AÇÃO

Proposta de intervenção para o fortalecimento da permanência estudantil com enfoque nas desigualdades de gênero na Educação Profissional e Tecnológica

Os estudos apresentados nesta pesquisa evidenciaram que os processos de permanência e evasão na Educação Profissional e Tecnológica são influenciados por múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e institucionais. Entre esses fatores, as desigualdades de gênero constituem um importante elemento que interfere nas trajetórias escolares, especialmente quando associadas à divisão sexual do trabalho, às responsabilidades familiares, à maternidade, às desigualdades socioeconômicas e às diferentes formas de discriminação presentes no ambiente escolar.

Nesse contexto, propõe-se a implementação de um Programa Institucional de Promoção da Equidade de Gênero e Permanência Estudantil, voltado ao fortalecimento das políticas de permanência na Educação Profissional e Tecnológica. A proposta fundamenta-se na compreensão de que a permanência estudantil deve constituir uma responsabilidade coletiva da instituição, envolvendo ações articuladas entre gestão, docentes, equipe pedagógica, assistência estudantil e comunidade escolar.

Louro (2003) contribui para essa compreensão ao defender que propostas de transformação das relações de gênero no campo educacional precisam da construção de "redes de aliança e solidariedade entre os vários sujeitos envolvidos nas práticas educativas e escolares" (Louro, 2003, p. 127). Essa perspectiva reforça, no contexto desta proposta, a necessidade de uma atuação articulada entre os diferentes setores e sujeitos da instituição.

3.1 OBJETIVO GERAL

Fortalecer as políticas institucionais de permanência estudantil por meio de ações voltadas à promoção da equidade de gênero, contribuindo para a redução da evasão escolar e para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- identificar fatores relacionados à permanência e à evasão de estudantes sob a perspectiva das desigualdades de gênero;
- promover ações formativas destinadas à comunidade escolar sobre gênero, diversidade, direitos humanos e educação inclusiva;
- fortalecer o acompanhamento pedagógico e psicossocial de estudantes em situação de vulnerabilidade;
- estimular a participação dos estudantes na construção de estratégias institucionais de permanência;
- subsidiar a gestão educacional na elaboração de políticas voltadas à equidade.

3.3 PLANO DE EXECUÇÃO

Ação	Responsáveis	Prazo	Recursos necessários	Indicadores
Realizar diagnóstico institucional sobre permanência e evasão com recorte de gênero	Gestão, equipe pedagógica e Núcleo de Assistência Estudantil	1º bimestre	Questionários, formulários eletrônicos e dados institucionais	Diagnóstico concluído
Promover formação continuada para docentes e técnicos sobre gênero, diversidade e permanência estudantil	Gestão e coordenação pedagógica	Semestral	Espaço físico, palestrantes e materiais didáticos	Número de participantes e avaliação das atividades
Implantar protocolo institucional para identificação e acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade	Gestão, assistência estudantil e serviço pedagógico	2º bimestre	Sistema de acompanhamento institucional	Quantidade de estudantes acompanhados
Desenvolver rodas de conversa e oficinas com estudantes sobre equidade de gênero, direitos humanos e prevenção da violência	Docentes, equipe multidisciplinar e convidados externos	Trimestral	Sala, equipamentos multimídia e materiais pedagógicos	Participação dos estudantes
Fortalecer programas de monitoria, tutoria e acompanhamento pedagógico	Coordenações de curso e docentes	Contínuo	Bolsas institucionais e horários de atendimento	Redução das taxas de retenção e evasão
Avaliar periodicamente os resultados das ações implementadas	Gestão e comissão de acompanhamento	Anual	Relatórios institucionais e indicadores educacionais	Relatório anual de avaliação

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

3.4 RECURSOS NECESSÁRIOS

A implementação da proposta requer recursos humanos, materiais e institucionais já existentes na maioria das instituições da Rede Federal, como equipe gestora, coordenações de

curso, Núcleo de Assistência Estudantil, setor pedagógico, docentes e representação estudantil. Também poderão ser utilizados espaços institucionais para realização das atividades, plataformas digitais para aplicação de questionários e acompanhamento dos estudantes, além de materiais de apoio produzidos pelo próprio Ministério da Educação e pelas instituições de ensino.

3.5 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que a implementação das ações propostas contribua para ampliar a compreensão da comunidade escolar acerca das desigualdades de gênero e de seus impactos sobre a permanência estudantil. Espera-se ainda fortalecer as políticas institucionais de acompanhamento pedagógico, estimular práticas de gestão comprometidas com a equidade, ampliar a participação estudantil na construção das estratégias de permanência e reduzir fatores institucionais associados à evasão escolar.

Mais do que eliminar completamente a evasão, objetivo que depende de fatores estruturais que extrapolam os limites da escola, pretende-se construir uma cultura institucional voltada ao acolhimento, ao respeito à diversidade e à promoção de condições mais equitativas de permanência, reafirmando o compromisso da Educação Profissional e Tecnológica com a garantia do direito à educação e com a formação humana integral.

4. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar de que maneira as desigualdades de gênero influenciam os processos de permanência e evasão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando o papel da gestão educacional na formulação e implementação de estratégias voltadas à promoção da equidade. A partir da revisão da literatura e das reflexões desenvolvidas ao longo da Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, foi possível compreender que a permanência estudantil constitui um fenômeno complexo, determinado por fatores sociais, econômicos, culturais, institucionais e pedagógicos que se articulam e produzem impactos distintos sobre as trajetórias educacionais dos estudantes.

As discussões realizadas evidenciaram que a democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica representa uma conquista importante das políticas públicas educacionais brasileiras. Entretanto, a ampliação das oportunidades de ingresso não garante, por si só, a permanência e a conclusão dos cursos. Nesse contexto, a literatura analisada demonstrou que a evasão escolar não deve ser compreendida como resultado exclusivo das

escolhas individuais dos estudantes, mas como expressão de desigualdades estruturais que afetam as condições de permanência e de aprendizagem.

Entre essas desigualdades, o gênero revelou-se uma categoria analítica fundamental para compreender as diferentes experiências vivenciadas pelos estudantes na EPT. Responsabilidades relacionadas ao trabalho doméstico e de cuidado, desigualdades de oportunidades, discriminações e outras vulnerabilidades podem dificultar a conciliação entre estudo, trabalho e vida familiar, contribuindo para o afastamento e a evasão. Diante disso, cabe à gestão fortalecer o acompanhamento dos estudantes, o acolhimento e as ações de assistência estudantil, identificando dificuldades e criando condições mais favoráveis à permanência e ao êxito.

Os objetivos propostos para este trabalho foram alcançados na medida em que foi possível discutir os principais referenciais teóricos relacionados à Educação Profissional e Tecnológica, à permanência estudantil, às desigualdades de gênero e à gestão educacional, estabelecendo relações entre esses campos de conhecimento. Também foi possível refletir sobre as contribuições da formação desenvolvida durante a especialização para a construção do objeto de pesquisa, evidenciando que as aprendizagens construídas ao longo do curso ampliaram a compreensão acerca da docência, da gestão educacional e do compromisso social da Educação Profissional e Tecnológica com a garantia do direito à educação.

Outro resultado relevante refere-se à compreensão do papel estratégico da gestão educacional na construção de ambientes escolares mais inclusivos. A pesquisa demonstrou que o enfrentamento da evasão escolar exige ações institucionais planejadas, integradas e permanentes, envolvendo gestores, docentes, equipes pedagógicas, assistência estudantil e estudantes. Nesse sentido, o plano de ação apresentado neste trabalho buscou oferecer uma proposta de intervenção fundamentada na literatura científica, voltada ao fortalecimento das políticas institucionais de permanência com enfoque na equidade de gênero.

Embora a pesquisa tenha permitido aprofundar a compreensão sobre a temática, algumas limitações devem ser reconhecidas. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, fundamentando-se na produção científica disponível sobre o tema. Dessa forma, não contemplou investigação empírica em instituições específicas da Educação Profissional e Tecnológica, o que poderia ampliar a compreensão das diferentes realidades vivenciadas por estudantes e profissionais da educação. Essa limitação, contudo, não compromete os objetivos da pesquisa, mas evidencia possibilidades para o aprofundamento da temática em estudos futuros.

Como perspectiva para novas investigações, sugere-se a realização de pesquisas

empíricas que analisem as experiências de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica sob a perspectiva das desigualdades de gênero, bem como estudos que avaliem a implementação e os resultados de políticas institucionais de permanência desenvolvidas pelos Institutos Federais e demais instituições que ofertam EPT. Também se mostra relevante aprofundar análises que articulem gênero a outros marcadores sociais, como raça, classe, deficiência e territorialidade, considerando a complexidade das desigualdades presentes no contexto educacional brasileiro.

Por fim, conclui-se que a construção de uma Educação Profissional e Tecnológica socialmente referenciada exige que o debate sobre permanência estudantil ultrapasse indicadores quantitativos de acesso e evasão, incorporando uma análise das desigualdades que condicionam as trajetórias educacionais. Ao reconhecer o gênero como uma dimensão constitutiva dessas desigualdades e a gestão educacional como agente estratégico na promoção da equidade, esta pesquisa reafirma a importância de políticas institucionais comprometidas com a inclusão, a permanência e a formação humana integral, contribuindo para o fortalecimento da EPT como política pública voltada à garantia do direito à educação e à redução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 367-392, 2005.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 770-789, set./dez. 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

PACHECO, Eliezer (org.). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.